



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - CENTRO DE HUMANIDADES (CH)
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS**

MATEUS HENRIQUE DE OLIVEIRA DA SILVA

**A ESCRAVIDÃO INDÍGENA ROMANTIZADA NA LITERATURA BRASILEIRA
DO SÉCULO XIX: UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOCIOLÓGICA DO
MOVIMENTO INDIANISTA**

GUARABIRA

2023

MATEUS HENRIQUE DE OLIVEIRA DA SILVA

**A ESCRAVIDÃO INDÍGENA ROMANTIZADA NA LITERATURA BRASILEIRA
DO SÉCULO XIX: UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOCIOLOGICA DO
MOVIMENTO INDIANISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação/Departamento
do Curso de Letras da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em Letras-Português.

Área de concentração: Literatura.

Orientador(a): Profª. Dra. Andréa de Morais Costa Buhler

GUARABIRA

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Mateus Henrique de Oliveira da.
A escravidão indígena romantizada na literatura brasileira do século XIX: [manuscrito] : uma abordagem crítica sociológica do movimento indianista / Mateus Henrique de Oliveira da Silva. - 2023.

32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Andréa de Moraes Costa Buhler, Departamento de Letras - CH. "

1. Literatura brasileira. 2. Romantismo. 3. Indianismo. I.

Título

21. ed. CDD 981

MATEUS HENRIQUE DE OLIVEIRA DA SILVA

A ESCRAVIDÃO INDÍGENA ROMANTIZADA NA LITERATURA BRASILEIRA
DO SÉCULO XIX: UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOCIOLÓGICA DO
MOVIMENTO INDIANISTA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação/Departamento
do Curso de Letras da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciatura em Letras-Português.

Área de concentração: Literatura.

Aprovada em: 21/11/2023

BANCA EXAMINADORA

Andréa de Moraes Costa Buhler
Profa. Dra. Andréa de Moraes Costa Buhler (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Rosângela Neres A. Silva
Profa. Dra. Rosângela Neres Araújo da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Olavo Barreto de Souza
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Antes de tudo, agradeço ao SENHOR Deus pela paciência e pela inteligência a mim concedidas. Dedico este trabalho final à minha mãe, ao meu padrasto, à minha avó e ao meu avô, pela assistência e pelo encorajamento a mim dado ao longo desse percurso.

*“Um lamento triste sempre ecoou desde que o índio
guerreiro foi pro cativo e de lá cantou.”*

(Clara Nunes)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. METODOLOGIA.....	11
3. A CONDIÇÃO INDÍGENA E AS POLÍTICAS INDIGENISTAS DO BRASIL DO SÉC. XV AO SÉC. XIX.....	12
4. O ROMANTISMO: ORIGEM E ASCENDÊNCIA DENTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XIX.....	16
5. O MOVIMENTO INDIANISTA EM UMA VISÃO CRÍTICA SOCIOLÓGICA.....	17
5.1 O IHGB e a evolução do pensamento indianista.....	19
6. O MITO DO ÍNDIO SUBSERVIENTE.....	22
7. OS MODELOS INDIANISTAS.....	24
7.1 O dissonante “Canto do índio” e o escravo ideal.....	24
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	30
ANEXOS.....	31

A ESCRAVIDÃO INDÍGENA ROMANTIZADA NA LITERATURA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX: UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOCIOLÓGICA DO MOVIMENTO INDIANISTA

Mateus Henrique de Oliveira da SILVA¹

RESUMO

Para que o Brasil se consolidasse como uma nação autossuficiente após a sua independência, era necessário, como complemento a sua emancipação política, a construção de uma cultura genuinamente nacional. Nessa busca, prefaciando a coroação do Imperador Dom Pedro II, a *intelligentsia* brasileira oitocentista mirou no Romantismo europeu a concretização de sua autonomia. A partir da premissa romântica de valorização do produto nacional, o filho autóctone do Brasil, o indígena, depois de séculos de exploração e humilhação, passaria a ser destacado na sociedade brasileira pelo movimento literário indianista como um herói nacional. Nesse sentido, o Indianismo, sob patrocínio do Imperador, viria a imprimir erroneamente no imaginário popular brasileiro um indígena historicamente atuante na construção da nação. Idealizado literariamente nas perspectivas ideológicas do Império, o nativo, que historicamente desde a colônia representava uma ameaça ao domínio do homem branco, converte-se num pilar simbólico do estado como efeito de sua transmutação literária para um cavaleiro (escravo) épico e patriota, que em épocas de conquista (exploração) se subjugou e se assimilou voluntariamente ao seu civilizador (colonizador), vindo a construir com ele a base étnica e cultural de uma colônia destinada à nação. Assim sendo, este artigo tem por objetivo geral abordar à luz da crítica sociológica o movimento literário indianista, visando a desmistificação do mito do índio subserviente a partir de dois modelos que primorosamente elucidam essa controversa premissa, sendo eles: o poema “O canto do índio”, inserido na obra *Primeiros Cantos* (1846), de Gonçalves Dias, e o romance *O Guarani* (1857), de José de Alencar.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Romantismo. Indianismo.

¹Graduando em Letras-Português, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH).
Endereço eletrônico: ho7718162@gmail.com

LA ESCLAVITUD INDÍGENA ROMANTIZADA EN LA LITERATURA BRASILEÑA DEL SIGLO XIX: UN ENFOQUE CRÍTICO SOCIOLÓGICO DEL MOVIMIENTO INDIANISTA

RESUMEN

Para que Brasil se consolidara como una nación autosuficiente tras su independencia fue necesaria, como complemento a su emancipación política, la construcción de una cultura genuinamente nacional. En esta búsqueda, antes de la coronación del Emperador Dom Pedro II, la *intelligentsia* brasileña del siglo XIX miró al romanticismo europeo para la realización de su autonomía. Partiendo de la premisa romántica de valorar el producto nacional, el hijo indígena de Brasil, el indígena, después de siglos de explotación y humillación, pasaría a ser destacado en la sociedad brasileña por el movimiento literario indianista como un héroe nacional. En este sentido, el Indianismo en la literatura, bajo el patrocinio del Emperador, imprimiría erróneamente en el imaginario popular brasileño a un indígena históricamente activo en la construcción de la nación. Literalmente idealizado en las perspectivas ideológicas del Imperio, el nativo, que históricamente desde la colonia representó una amenaza al dominio del hombre blanco, se convierte en pilar simbólico del Estado como efecto de su transmutación literaria en un caballero épico y patriótico. (esclavo), quien en tiempos de conquista (explotación) se subyugó y asimiló voluntariamente con su civilizador (colonizador), construyendo con él las bases étnicas y culturales de una colonia destinada a la nación. Por tanto, el objetivo general de este artículo es acercarse al movimiento literario indianista a la luz de la crítica sociológica, buscando desmitificar el mito del indio servil a partir de dos modelos que dilucidan exquisitamente esta controvertida premisa, a saber: el poema “O canto do Índio”, insertada en la obra *Primeiros Cantos* (1846), de Gonçalves Dias, y la novela *O Guarani* (1857), de José de Alencar.

Palabras clave: Literatura Brasileña. Romanticismo. Indianismo.

1. INTRODUÇÃO

Indígena, herói ou escravo? Com a chegada dos portugueses em 1500, a população nativa do Brasil, sob jugo da colonização, experienciou um processo desumano e contínuo de genocídio. Desde o “descobrimento” até à virada do séc. XX, o contingente indígena brasileiro sofreu uma drástica redução de 5 milhões, ou mais, para 100 mil (Treece, 2008, p. 11). Todavia, a imagem do indígena, moldada à luz dos devaneios românticos do séc. XIX, seria impregnado ao imaginário nacional indiferente a essa realidade histórica.

Com a Independência do Brasil, em 1822, nasceu junto do jovem estado-nação brasileiro a necessidade de construção de uma identidade cultural própria. O Romantismo, atendendo a essa demanda nacional, floresceria em 1836 encadeada historicamente com a publicação da obra *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães (1811-1882), onde o autor manifesta os valores primais do movimento romântico, tais como: o individualismo, o nacionalismo, o saudosismo e o idealismo. Dentre os escritores românticos que seguiram de Magalhães e que hoje compõem o cânone dos literatos célebres da nossa literatura, encontram-se sobre-excedentes Gonçalves Dias (1823-1864), na poesia, e José de Alencar (1829-1877), na ficção. Estes autores foram alicerces do segmento artístico e literário mais influente do Romantismo brasileiro, o Indianismo, fruto das investidas nacionalistas da *intelligentsia* brasileira do séc. XIX em sua busca por sua emancipação cultural e literária.

Dias e Alencar — imersos no ideário indianista e ideologicamente cegos a destrutiva condição imposta aos povos indígenas durante e depois do período colonial — idealizaram ao indígena um papel protagônico dentro de suas confecções literárias, sobretudo nas obras em destaque neste trabalho, onde eles — principalmente Alencar —, submetendo o nativo ao processo rousseauiano de transição “entre os estados natural e civil” (Treece, 2008, p. 126), o vende como um “selvagem” convertido, que em outrora se uniu subservientemente ao colonizador europeu, seu civilizador e amigo, e forjou junto dele os alicerces da nação brasileira. O papel atribuído ao indígena por esses autores, a exemplo do índio Peri, de José Alencar, soa, não por coincidência, conveniente aos interesses de políticos brasileiros do séc. XIX pela suavização do passado colonial genocida e etnocida do país, e da elite brasileira branca que emergiu com a Independência.

Tendo em vista os desdobramentos históricos pela qual a população nativa do Brasil fora acometida e a suavização de sua degradação étnica, social e cultural pela casta literária oitocentista — especificamente no que diz respeito a primeira geração de escritores românticos (1836-1852) —, este artigo tem como objetivo geral: abordar à luz da crítica sociológica

o movimento literário indianista, visando a desmistificação do mito do índio subserviente a partir de dois modelos que primorosamente elucidam essa controversa premissa, sendo elas o poema “O canto do índio”, publicado nos *Primeiros Cantos*, de Gonçalves Dias, no ano de 1846, e o romance *O Guarani*, de José de Alencar, publicado no ano de 1857. Sendo assim, debruçando o contexto sócio-histórico correspondente a criação destas obras, tal como seus conteúdos literários, tomamos como objetivos específicos: ponderar sobre a condição sócio-histórica do indígena ante o momento de sua contraditória mitificação romântica; expor o emparelhamento ideológico do movimento indianista com o estado imperial brasileiro; ressaltar o protagonismo do literato indianista na difusão das ideologias imperiais; analisar dentro das obras destacadas o grau de dominação do indígena.

Assim sendo, a importância dessa pesquisa consiste em rememorar a realidade histórica do indígena em oposição a sua mitificação romântica, na qual ainda hoje o pensamento nacional está entrelaçado como uma herança cultural deixada pela envolvente, mas controversa, escrita indianista, que por sua vez “registrou a destruição de uma sociedade natural, ideal, pela civilização colonial moderna da Europa e, desse modo, relegou o índio a um passado mítico, a sobreviver no presente apenas enquanto tradição épica numa memória popular fictícia” (Treece, 2008, p. 28).

Seguido desta seção, faremos, na seção dois, um apanhado da metodologia utilizada. Na terceira seção, abordaremos a condição sócio-histórica dos indígenas brasileiros e as políticas indigenistas adotadas no Brasil entre os séculos XV e XIX. Na quarta seção, debruçaremos, de modo sintetizado, a evolução do movimento romântico em âmbito europeu e, por seguimento, no âmbito brasileiro. Na quinta seção, nos aprofundaremos quanto ao envolvimento ideológico da elite intelectual oitocentista — com foco nos literatos indianistas — com o reinado de Dom Pedro II. Na sexta seção, verificaremos a formulação do mito da escravidão voluntária do indígena. Na penúltima seção dos elementos textuais deste artigo, analisaremos as obras indianistas destacadas, afim desmistificar o mito do índio subserviente. Por fim, na última seção, resumiremos o assunto aqui tratado e exporemos os objetivos alcançados.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, pois fora formulada a partir de obras já publicadas (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54), das quais aqui, por terem fornecido maior amparo teórico, destacamos três. A primeira, a obra *Literatura e sociedade* (2006), de

Antonio Candido, onde é abordado o vínculo existente entre a sociedade e a literatura. A segunda, a obra intitulado de *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indianista e o estado-nação imperial* (2008), de David Treece, um trabalho de exímia retratação histórica dos povos indígenas e da literatura indianista numa perspectiva política e social. E a última, a obra *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)* (2004), de Bernardo Ricupero, onde é abordado o papel decisivo do movimento romântico na formação da ideia de nação do Brasil no séc. XIX.

Ainda na perspectiva bibliográfica, buscamos também apoio teórico no âmbito online. Do site oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), extraímos um exemplar de sua coleção de revistas virtuais, sendo ela a primeira edição, de 1839. Com isso, objetivamos evidenciar as correntes ideológicas que transitavam na *intelligentsia* brasileira do séc. XIX, bem como na formação do Indianismo romântico. Fazendo uso desse tipo de material, nos atentamos

[...] à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (Prodanov; Freitas, 2013, p. 54).

Por continuidade, o presente trabalho em sua sustentação metodológica possui caráter descritivo, pois objetivamos aqui apenas descrever “os fatos observados sem interferir neles” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52). Nesse sentido, trouxemos aqui, a partir da bagagem teórica consultada, a descrição de fatos sócio-históricos relacionados à literatura indianista romântica que desenvolveu-se no Brasil do séc. XIX. Essa pesquisa possui também caráter explicativo, uma vez que buscamos elucidar a problemática deste trabalho “[...] por meio do registro, da análise, da classificação e da interpretação dos fenômenos observados” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 53).

3. A CONDIÇÃO INDÍGENA E AS POLÍTICAS INDIGENISTAS DO BRASIL DO SÉC. XV AO SÉC. XIX

Desde a colonização portuguesa (1500-1822) ao Império brasileiro (1822-1889), a presença dos indígenas fora uma nítida preocupação política do homem branco, sobretudo durante o período colonial, onde os nativos mais “selvagens”, resistindo a desapropriação de terra, a doutrinação jesuítica e ao etnocídio, foram mirados como verdadeiros inimigos da conquista “euro-cristã”. Contudo, após a Independência do Brasil, o indígena mostrou-se

como a solução, uma vez que lhe foi atribuído pela intelectualidade brasileira oitocentista um papel importante na consolidação cultural do país. Por ora, é importante saber que até o momento de sua mitificação romântica no séc. XIX, o nativo, dado a sua contínua resistência à dominação do estado, ainda era um problema político, pairando, portanto, seu destino entre a aniquilação ou integração.

Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios "bravos"; "desinfestando os sertões — solução em geral propícia aos colonos — ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política — solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra (Cunha, 1992, p. 134).

Até meio século depois da invasão portuguesa, as populações nativas do Brasil foram, de acordo com Cunha (1992, p. 14-15), parceiros comerciais dos conquistadores, que tinham como principal interesse, até aquele momento, a obtenção do pau-brasil para a tintura de tecidos. A exploração da madeira era tida através do escambo, onde, em troca do lucrativo pau-brasil, os portugueses forneciam aos nativos utensílios como facões, machados, espelhos e perfumes. No entanto, a partir da instalação do governo geral, em 1549 — ou melhor, da colônia —, os indígenas viriam a experienciar um destrutivo processo de dominação e escravidão. Segundo Cunha (1992, p. 15), “Não eram mais parceiros para escambo que desejavam os colonos, mas mão-de-obra para as empresas coloniais que incluíam a própria reprodução da mão-de-obra, na forma de canoeiros e soldados para o apresamento de mais índios”.

Foi apenas em 1757, com o *Diretório dos Índios* implementado pelo Marquês de Pombal (1699-1782) — pouco antes da expulsão dos Jesuítas, em 1759 — que houve um dos primeiros movimentos de assimilação dos indígenas aos europeus. Dentre as leis estabelecidas por Pombal, destacamos duas: a Lei da Liberdade dos Índios (1755), que “proibia a escravização indígena em quaisquer circunstâncias” (Almeida, 2010, p. 110), e a Lei de Casamentos (1755) que nitidamente visava o apagamento étnico dos nativos, pois de acordo com Almeida (2010, p. 110) “incentivava a mestiçagem, dando benefícios àqueles que se casassem com índios, principalmente em áreas periféricas onde havia poucos brancos”. O etnocídio indígena também era evidente com o endurecimento de conduta nos aldeamentos. Foram impostos aos nativos, sob risco do açoite colonial: a proibição de seus costumes, tal como a nudez e as habitações coletivas, a conversão forçada ao catolicismo e a imposição da língua portuguesa.

Com a disparada das primeiras propostas assimilacionistas, o rei português, D. José I (1714-1777), “pretendia enfim, numa visão mais ampla, promover a emergência de um povo brasileiro livre, substrato de um estado consistente” (Cunha, 1992, p. 16). Nessa perspectiva, os grupos que formariam a identidade étnica base do conceito de “brasilidade” seriam os indígenas e os brancos; enquanto os negros continuariam relegados à escravidão (Cunha, 1992, p. 16). Tal ideal de fundação de um povo histórico brasileiro seria fortemente fabulado em *O Guarani* (1857), de José de Alencar.

Ao soar do *Grito do Ipiranga*, em 1822, idealizava-se a visão de uma nação moderna, arraigada sob o brilho dos valores liberais e do século das luzes. Entretanto, o que se viu foi a continuidade das velhas práticas coloniais. Segundo Alfredo Bosi (2021 p. 96), mesmo após a Independência, o Brasil manteve-se sustentado nas “colunas do poder agrário: o latifúndio, o escravismo, a economia de exportação”. Além disso, a solução do problema indígena ainda era dualista — extermínio ou integração —, sobretudo quando erguia-se o sonho de uma nação “constituída de um território, um povo, uma língua, uma cultura e uma história” (Almeida, 2010, p. 135).

Nos planos do Império, não havia espaço para pluralidade étnica e cultural na qual o Brasil encontrava-se, restando aos intelectuais e políticos da época homogeneizar uma população multicultural e multiétnica (Almeida, 2010, p. 135). Nesse sentido, a “diversidade de populações indígenas no território brasileiro dificultava não só a ação política de caráter geral, como também a construção de uma única imagem de índio condizente com os ideais da nova nação” (Almeida, 2010, p. 136). Tal imagem do indígena abordado por Almeida seria justamente aquela subserviente ao colono branco, idealizada mais a frente pelos escritores indianistas e que viria a ganhar um status simbólico no nacionalismo brasileiro — o que soa irônico tendo em vista a mentalidade discriminatória do séc. XIX.

De acordo com Almeida (2010, p. 145), dentre o debate acerca das políticas indigenistas que o Império deveria tomar, destacaram-se José Bonifácio (1763-1838), o “Patriarca da Independência”, e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Ambas as personalidades dispunham de um mesmo pensamento quanto à ideia de inferioridade dos nativos (Almeida, 2010, p. 145), contudo, enquanto Bonifácio defendia a condição de humano dos indígenas — o que é honroso, tendo em vista que a partir do séc. XIX discute-se se os indígenas eram realmente humanos (Cunha, 1992, p. 134) — e sua integração pacífica a civilização, Varnhagen insistia em sua animalidade e que, portanto, só poderiam ser integrados através da violência. Felizmente as propostas menos invasivas de José Bonifácio

vingariam, que viria a tentar “reformular a política oficial para as comunidades indígenas imediatamente após a Independência” (Treece, 2008, p. 121).

Até por uma questão de orgulho nacional, a humanidade dos índios era afirmada oficialmente, mas privadamente ou para uso interno no país, no entanto, a idéia da bestialidade, da fereza, em suma da animalidade dos índios, era comumente expressa. Em 1823, José Bonifácio escrevia: "Crê ainda hoje muita parte dos portugueses que o índio só tem figura humana, sem ser capaz de perfectibilidade". Quatro anos mais tarde, o presidente da província de Minas Gerais, ao ser indagado sobre a índole dos Aymorés e Botocudos, responde nos termos seguintes: "Permita-me v. exa. refletir que de tigres só nascem tigres, de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram, e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante" (Cunha, 1992, p. 134).

Em 1823, como deputado, José Bonifácio apresentou à Assembleia Constituinte o projeto de lei intitulado de *Apontamentos para a Civilização dos índios Bravos do Brasil*, aprovado na constituinte no mesmo ano (Almeida, 2010, p. 145). O estadista recomendava uma série de medidas que objetivavam a integração pacífica dos nativos ao império, “colocando ênfase na educação moral e técnica e, mais curiosamente, estimulando o casamento entre índios, brancos e mulatos” (Treece, 2008, p. 113). Ao compararmos as políticas indigenistas implementadas pelo Marquês de Pombal no contexto colonial às propostas de Bonifácio, perceberemos grandes semelhanças, diferindo apenas na metodologia, como exemplifica Cunha (1992, p. 137):

Com José Bonifácio, a questão indígena torna a ser pensada dentro de um projeto político mais amplo. Trata-se de chamar os índios à sociedade civil, amalgamá-los assim à população livre e incorporá-los a um povo que se deseja criar. É no fundo o projeto pombalino, mas acrescido de princípios éticos: para chamar os índios ao convívio do resto da nação, há que tratá-los com justiça e reconhecer as violências cometidas. É verdade que, se tivesse sido aplicado esse projeto, apresentado pelo autor nas cortes portuguesas e na Constituinte de 1823 onde foi muito aplaudido, teríamos assistido a um etnocídio generalizado: a justiça de que fala José Bonifácio consistia na compra das terras dos índios em vez da usurpação direta.

Embora aprovada, a proposta de José Bonifácio nunca entrou em *práxis*. Como explica Almeida (2010, p. 145), prevaleceram os interesses das oligarquias locais, pois “A constituição de 1824 sequer mencionou a questão indígena, que se tornou competência das assembleias Legislativas Provinciais” (2010, p. 145). Mais tarde, após desentendimentos políticos com o Imperador Dom Pedro I, José Bonifácio foi acusado de conspiração. Em seu exílio na França, Bonifácio tornou-se poeta sob o pseudônimo de Américo Elísio.

4. O ROMANTISMO: ORIGEM E ASCENDÊNCIA DENTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

O Romantismo fora um movimento de origem europeia iniciado no século XVIII, num contexto de grande instabilidade política no Velho Mundo — impactos da Revolução Francesa (declínio do absolutismo, ascensão da burguesia e o florescimento do liberalismo político) e a Revolução Industrial. Os efeitos desses fatos históricos chocam-se com a era romântica, que vem possibilitar, de acordo com Alfredo Bosi (2021, p. 95) em resumo a uma interpretação de Karl Mannheim (1893-1947), a expressão dos “sentimentos dos *descontentes* com as novas estruturas” políticas e sociais. É importante frisar que neste contexto sobressaiu-se como um dos principais aspectos do Romantismo o nacionalismo; nacionalismo este que fora de grande importância para consolidação dos estados-nações europeus.

Por outro lado, o romantismo foi a primeira grande resposta estética da cultura ocidental às duas realidades que marcam o advento da fase propriamente *contemporânea* dos tempos modernos: a Revolução Industrial e a revolução social, inaugurada pela Revolução Francesa de 1789 (Merquior, 1979, p. 49).

Embrenhado na sociedade, o Romantismo, “primeiro grande estilo da era contemporânea” (Merquior, 1979, p. 49), vem aflorar num mundo agitado um período de grande idealização. Nessa perspectiva, o subjetivismo e a liberdade criativa desencadeada pelo “espírito romântico” permitiu ao literato da época, tão sufocado por seu contexto social, idealizar o mundo como acreditava que deveria ser, a exemplo do “poeta romântico que fez da sua arte um instrumento de resistência aos costumes burgueses” (Merquior, 1979, p. 52). Nota-se então a função social desempenhada pela literatura, e portanto sua inseparabilidade, quando estudada, da sociedade em que está delimitada. Nesse sentido devemos

[...] pensar a literatura como um fenômeno diretamente ligado à vida social. Em outras palavras, a literatura não é um fenômeno independente, nem a obra literária é criada apenas a partir da vontade e da “inspiração” do artista. Ela é criada dentro de um contexto; numa determinada língua, dentro de um determinado país e numa determinada época, onde se pensa de uma certa maneira; portanto, ela carrega em si as marcas desse contexto (Silva, 2009, p. 177).

Assim como na Europa, o Romantismo surge no Brasil do séc. XIX atrelado a grandes transformações sociopolíticas e com o mesmo viés nacionalista — valorização do produto nacional e fortalecimento do estado. Após a Independência, em 1822, emerge sobre base colonial a “nação” brasileira. Contudo, embora o Brasil agora fosse independente de

Portugal, era necessário também, como complemento a sua emancipação política, a sua emancipação cultural, de modo que estampa-se no imaginário popular a “ideia” de nação, pois tal como resume Ricupero (2004, p. 6) a respeito do conceito das “comunidades imaginadas”, do marxista inglês, Benedict Anderson (1936-2015), a “nação é uma certa relação entre homens, organizada politicamente e legitimada por uma maneira específica de pensar”.

Na busca por sua emancipação cultural e mental, a *intelligentsia* brasileira do séc. XIX (sobretudo a historiografia) mirou no Romantismo a possibilidade da edificação de uma identidade nacional própria (Ricupero, 2004, p. 85), que por sua vez endossasse a legitimação histórica da Independência do Brasil. A dita legitimação viria a ter mais tarde — a partir do Segundo Reinado (1840-1889) — como principais fundamentadores os escritores indianistas, que a ratificando em fabulações num fundo temático histórico anterior a Independência do Brasil — onde o indígena estrelava num mito de fundação nacional — evidenciariam assim sua função de difusores ideológicos do estado.

Em suma, o Romantismo, como resposta a emergência de consolidação do estado nacional brasileiro (Treece, 2008, p. 13), veio instigar em nossa ainda jovem intelectualidade sua busca por legitimidade. Assim sendo, como todos os países estrategicamente interessados em meios que fomentem a sua “independência política, o Romantismo foi no Brasil um vigoroso esforço de afirmação nacional; tanto mais quanto se tratava aqui, também, da construção de uma consciência literária” (Candido, 2006, p. 123). Na literatura nacional, o marco inicial do movimento romântico se dá com a publicação da obra *Suspiros Poéticos e Saudades* (1836), de Gonçalves de Magalhães, obra esta na qual seu autor expressa seu antilusitanismo e celebra numa atmosfera poética o típico pensamento romântico, sendo este permeado, de acordo com Alfredo Bosi (2021, p. 95), “entre o amor e a pátria, a natureza e a religião, o povo e o passado”.

Buscou-se construir no Brasil oitocentista “um *complexo mitológico* suscetível de celebrar a originalidade da jovem pátria ante a Europa e a ex-metrópole” (Merquior, 1979, p. 55), e dessa investida, originalizou-se o Indianismo romântico, movimento cujo repertório temático voltado aos indígenas inspiraria “desde o ‘pai’ do Romantismo brasileiro, Gonçalves de Magalhães, ao maior escritor do país, Machado de Assis” (Treece, 2008, p. 13).

5. O MOVIMENTO INDIANISTA EM UMA VISÃO CRÍTICA SOCIOLÓGICA

Em síntese, o Indianismo tratou-se de uma paródia nacional do medievalismo romântico europeu, onde no lugar do cavaleiro medieval fora colocado a figura do indígena, que, sendo “fonte da nobreza nacional, seria em princípio, análogo do ‘bárbaro’, que se impusera no Medievo e construíra o mundo feudal” (Bosi, 2021, p. 105). Dada esta natureza romantizada, assim como o cavaleiro medieval representava uma história mítica e lendária de formação dos estados-nações europeus e de suas respectivas tradições e particularidades culturais, o indígena passaria a representar aqui, em terras tupiniquins, uma viga simbólica da tradição cultural do recém-formado estado-nação brasileiro. Contudo, seria protagonizado na literatura indianista — quando não um indígena em seu estado natural — um indígena em desequilíbrio com sua natureza e indiferente à conquista de suas terras pelos colonizadores. É o “Bom Selvagem”, de Rousseau (1712-1778), que modifica-se ao embate de sua natureza primitiva com a civilização. Nessa perspectiva rousseuniana, Treece (2008, p. 61) tece a analogia do índio edênico, um indígena que, provando da Árvore do Conhecimento, perde, tal como Adão e Eva, a “[...] sua estatura moral mítica enquanto ganha em profundidade e realidade humanas” (Treece, 2008, p. 61).

Nesse ponto, entram em função o exotismo romântico, estimulado pelo americanismo de Chateaubriand e Fenimore Cooper, e o gosto pelo passado remoto: pois a sociedade tribal ameríndia de antes da Descoberta era, de fato, a nossa “Idade Média”. Os românticos brasileiros descobrem assim no *indianismo* o alimento mítico reclamado pela civilização imperial, na adolescência do Brasil nação (Merquior, 1979, p. 55).

Todavia, ao compararmos o indígena romântico à realidade histórica — vista na seção três —, constataremos um grande disparate. De acordo com David Treece, esta situação estava “longe de ficar despercebida pelos próprios autores indianistas” (2008, p.14). Nesse sentido, cientes da condição histórica do nativo, como podem os escritores indianistas terem fomentado a ideia de torná-lo símbolo de uma nação erguida sobre sua ruína?

Para responder esta indagação, faz-se necessário — como inspira Antonio Candido (2006) acerca do estudo sociológico em literatura — uma abordagem sócio-histórica do movimento literário indianista, objetivando, uma vez que reconhecida a inseparabilidade do estudo literário da realidade social, uma maior compreensão do pensamento de seus idealizadores e, de certo, como sendo produtos desse movimento, das obras em análise. Nesta seção, seguiremos por uma das modalidades de crítica sociológica apontadas por Antonio Candido (2006, p. 20), onde debruçaremos a função social do escritor indianista “procurando

relacionar a sua posição com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade”.

5.1 O IHGB e a evolução do pensamento indianista

A literatura nacionalista brasileira do séc. XIX teve como principal mentor o escritor e historiador francês, Jean Ferdinand Denis (1798-1890), que de acordo com Candido (2006, p. 192), “definiu a teoria do Romantismo brasileiro”. Quatro anos após a Independência do Brasil, Denis dirigiu-se a prematura elite artística brasileira em seu *Résumé De L'histoire Littéraire Du Portugal: Suivi Du Résumé De L'histoire Littéraire Du Brésil* (1826), onde aventou a edificação de uma nova literatura, digna do status político que o Brasil ganhará após 1822 (Treece, 2008, 123).

Nesse sentido, Ferdinand Denis propunha de antemão a solução ao “problema que nos anos seguintes preocupará quase todos os intelectuais brasileiros: a necessidade de realizar a independência literária do Brasil” (Ricupero, 2004, p. 87). Como parte essencial dessa solução estava o indígena, nele se buscava um “novo conjunto de valores literários, populares, primitivos e medievais [...]” (Treece, 2008, p. 123). Eis o programa indianista que, impresso numa atmosfera mítica, pode chegar a indicar aos mais desatentos uma possível reparação histórica aos nativos, mas que na verdade tratou-se de um ideário insustentável — fundamentado num passado fabuloso de conquista do indígena e de suas terras — e de uma mancomunação política e literária em favor da manutenção do estado e de um regime de base estremeçada.

Nossa era de fábulas misteriosas e poéticas serão os séculos habitados por aqueles povos que aniquilamos, que nos espantam por sua coragem, e que, talvez, tenham revigorado as nações que deixaram o Velho Mundo: a memória de sua grandeza selvagem encherá a alma de orgulho, suas crenças devolverão os desertos à vida; seus poéticos cantos, preservados em algumas nações, adornarão as florestas. O maravilhoso, tão necessário à poesia, será encontrado nos costumes antigos desses povos, e na força incompreensível de uma natureza variando continuamente seus fenômenos (...). Seus combates, seus sacrifícios, nossas conquistas, tudo isso oferece quadros brilhantes. A chegada dos europeus, eles crêem, em sua simplicidade, estar se fiando a deuses; porém, quando devem lutar com seres humanos, morrem, mas não são dominados (Denis, 1826, p. 529).

Teremos a partir do Segundo Reinado muitos dos escritores indianistas compactuados com as ambições do estado que em suma, girava em torno da afirmação cultural da nação. Essa posição da parte destes literatos rendiam-lhes a graça do Imperador e, como adendo,

prestígio social. Desse sistema claro de clientelismo, extraímos um dos pontos principais a serem abordados aqui: o fator ideológico.

Segundo Treece (2008, p. 17), o laço dos escritores indianistas com estado imperial só reitera a ideia de um “movimento cultural e intelectual em diálogo consigo mesmo e com as correntes políticas e ideológicas mais amplas de seu tempo” (2008, p. 17). Podemos afirmar então que o Indianismo romântico, ao mesmo tempo que se tratou de um movimento artístico e literário, foi também “uma arena de debate sociopolítico” (Treece, 2008, p. 14), onde o índio, logicamente, era o assunto tratado. Nesse sentido, “O desenvolvimento do indianismo literário estava intimamente ligado à evolução desse debate sobre a direção da política indigenista oficial” (Treece, 2008, p. 25). Essa constatação de Treece torna-se notório com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, “O principal fórum no qual essa relação entre o Indianismo e o Império foi sendo articulada, por meio do patrocínio de Dom Pedro II” (Treece, 2008, p. 128).

Segundo o Art. 1º do Estatuto do IHGB, a instituição tinha por objetivos “[...] colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a historia e geographia do Imperio do Brazil”². Dispondo desse poder de sistematização do conhecimento, o IHGB, de acordo com Ricupero (2004, p. 116), não oculta suas pretensões políticas em sua proposta de criação:

Sendo innegavel que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes publicos, é evidente que em uma monarchia constitucional, onde o merito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior somma de luzes deve formar o maior grao de felicidade publica, são as letras de uma absoluta e indispensavel necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre a historia e geographia do paiz, devem ministrar grandes auxilios á publica administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros.³

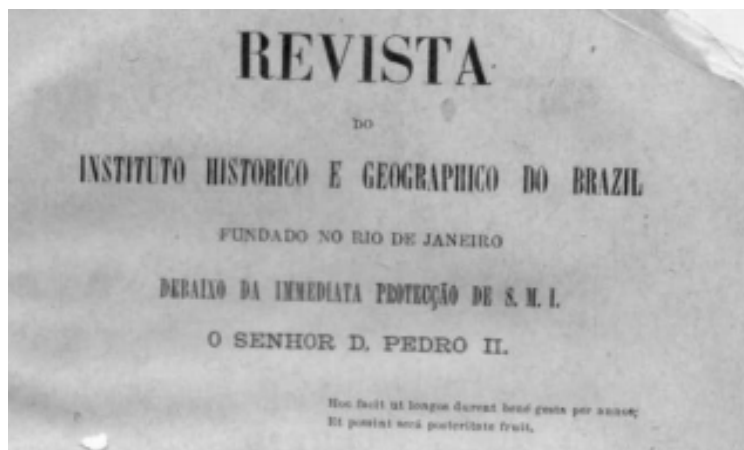
No ano seguinte de sua criação, o IHGB veio a ter Dom Pedro II, aos treze anos de idade, como seu protetor oficial (Ricupero, 2004, p. 121). A partir de então, de acordo com Ricupero (2004, p. 121), a instituição, cujo 75% do orçamento adivinha do estado, empenharia-se em manter boas relações com o jovem Imperador; o mesmo que viria a disponibilizar o Paço Imperial para reuniões da associação, participar e reger muitas de suas seções e financiar muitos de seus trabalhos. A imagem abaixo foi extraída de uma das edições

² Revista do Instituto Histórico Brasileiro, Nº1, 1839. p. 18.

³ Ibid, p. 5.

do acervo de publicações *online*⁴ da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB).

Imagem 1 - O subtítulo “*Debaixo da immediata proteção de S. M. I., o senhor D. Pedro II*”, encontrado em inúmeras das edições da RIHGB, expressa o vínculo da organização com o Império.



Fonte: RIHGB

Nesse contexto, ao mesmo tempo que o IHGB representava o avanço científico do país, era também o espaço onde a elite intelectual entrelaçavam-se e articulavam-se junto à esfera política brasileira na busca da homogenia cultural do país. Tal elite mencionada, da qual figuras como Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias faziam parte, “constituía o núcleo da *intelligentsia* imperial e do seu movimento literário oficial, o Romantismo” (Treece, 2008, p. 128). Segundo Bosi (2021, p. 104)

O grupo afirmou-se graças ao interesse de Pedro II de consolidar a cultura nacional de que ele se desejava o mecenas. Dando todo o apoio ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado nos fins da Regência (1838), o jovem monarca ajudou quanto pôde as pesquisas sobre o nosso passado, que se coloriram de um nacionalismo oratório, não sem ranços conservadores, como era de esperar de um grêmio nascido sob tal patronato.

Candido (2006, p. 91) vai dizer que o Indianismo “constitui elaboração ideológica do grupo intelectual em resposta a solicitações do momento histórico”. Nesse sentido, Treece (2008, p. 27) afirmar que “O indianismo carregou consigo as mesmas contradições ideológicas que a comunidade intelectual era forçada a engolir e conter a fim de se acomodar no interior da estrutura essencialmente não-reformista do Império” (Treece, 2008, p. 27). Nesse sentido, ambos os autores concordam quanto ao fator ideológico incutido dentro do movimento indianista, cujo os literatos adeptos, de tão engajados ideologicamente na busca

⁴ Acervo da RIHGB disponível em:

<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147>

pela afirmação nacional para o estado imperial, não perceberam a falta de apoio social para tal (Ricupero, 2004, p. 129).

[...] o Estado não estará consolidado enquanto não existir a nação, já que não poderá contar com a lealdade de seus cidadãos. Em outras, a hegemonia, para ser segura, para ser completa, não pode limitar-se apenas à doutrinação, precisa também funcionar como direção intelectual e moral (Ricupero, 2004, p. XXIII).

Por fim, pode-se construir uma cultura nacional sem uma verdadeira representatividade de seu povo? Enquanto o indígena subvertido era enaltecido pela arte e pela literatura, o indígena histórico — aquele animalizado como "selvagem do sertão" e que ainda resistia a um sistema discriminatório e invasivo — ainda se encontrava na mira da degradação, e paralelo a ele, o povo negro — verdadeira viga do Brasil desde a colônia e esquecido pelo nacionalismo romântico do séc. XIX — que ainda padeciam na escravidão. Esse esquecimento da população negra não passa despercebido dos apontamentos de Treece (2008, p. 31), segundo o autor, “Um dos aspectos mais notáveis e, talvez, reveladores do indianismo do século dezenove é a própria ausência de referências explícitas à questão da escravidão negra, em uma época em que ela era matéria de debate público urgente”.

6. O MITO DO ÍNDIO SUBSERVIENTE

Segundo Almeida (2010, p. 136), existiam três visões de indígena dentro do contexto oitocentista: “os idealizados do passado”, “os bárbaros dos sertões”, e “os degradados”, oriundos das antigas aldeias da colônia. O primeiro tipo seria o adotado como mascote da promoção cultural do Império, afinal, os demais “ocupavam terras, ameaçavam colonos, recusavam-se ao trabalho e lutavam para conservar suas aldeias” (Almeida, 2010, p. 136). O indígena idealizado marcava a falta de compromisso do movimento indianista com a realidade, cujo os escritores, para as suas fabulações, apoiaram-se “predominantemente nos relatos quinhentistas e seiscentistas da cultura e história indígenas” (Treece, 2008, p. 110). Cientes disso, poderíamos até justificar a inspiração e o repertório temático dos literatos indianistas com valores irradiados do Romantismo, pois estes, “reagindo contra certos processos de europeização, procurou nas raízes da terra e do nativo imagens para se firmar em face do estrangeiro” (Bosi, 2021, p. 13). Contudo, é evidente que ao tomar fundamento nos textos anteriores a Independência do Brasil, o autor indianista retrataria o indígena não como ele é, mas segundo a visão etnocêntrica e de seus colonizadores.

[...] não é por acaso que os dois primeiros séculos de escritos sobre o índio no Brasil tenham sido obra quase que exclusiva dos jesuítas. Este é um fato de inestimável importância para o desenvolvimento de uma literatura indianista nos séculos dezoito e dezenove, uma vez que são os relatos detalhados dos jesuítas acerca da cultura indígena e das relações coloniais, e não os textos etnográficos contemporâneos, que foram as fontes cardinais utilizadas por esses escritores (Treece, 2008, p. 36).

Com isso, os escritores indianistas pretendiam a princípio, retratar a cultura e as tradições dos povos indígenas e a história de formação do Brasil. No entanto, banhados em ironia, o que seguiu foi o casamento sem traumas do indígena “com a glória do colono que se fizera brasileiro, senhor cristão de suas terras e desejoso de antigos brasões” (Bosi, 2021, p. 111); tal como veremos mais à frente em *O Guarani*, de José de Alencar.

A literatura indianista dos séculos dezoito e dezenove resta como monumento a uma instigante ironia: enquanto protagonista heróico de inúmeros romances, poemas, peças teatrais, pinturas e estudos etnográficos, lamentando ou celebrado, como exilado, aliado ou rebelde, o índio veio a corporificar aquele mesmo nacionalismo que se empenhava em levar a cabo sua própria aniquilação (Treece, 2008, p. 14).

Dentre os mitos que rechearam o movimento indianista, o do índio subserviente representou um pilar temático. É nesta ideia de indígena que fundamenta-se o arquétipo do índio guerreiro e heroico, este seria um “índio que, ao mesmo tempo que defendia seu direito de transitar pela floresta, também voluntária e lealmente empregava seus poderes especiais a serviço da comunidade colonial” (Treece, 2008, 213). Esta figura romantizada no nativo estaria disposta a enfrentar, dentro do universo literário indianista, qualquer ameaça ao poder português, seja ela estrangeira, ou, ironicamente, indígena. Esta visão do indígena tornaria-se o símbolo do programa indianista, isso porque, como já constatamos, ia de acordo com os interesses do Império.

O indígena subserviente possivelmente está embasado em dois fatores históricos. O primeiro anterior ao séc. XIX, onde, persuadidos pelos portugueses, grupos indígenas uniram-se em sua causa na manutenção da colônia (Perrone-Moisés, 1992, p. 121). O segundo, relacionado às categorias na qual os indígenas foram divididos a partir do séc. XIX, bravos e domésticos (ou mansos) (Cunha, 1992, p. 136). Os bravos seriam aqueles indígenas inflexíveis ao domínio do homem branco e que, portanto, precisavam ser eliminados. Os domésticos, ou mansos, seriam os flexíveis e compactuados à dominação do homem branco, e é desse segundo grupo que o nosso indígena heroico é derivado. Embasado na ideia do indígena guerreiro escravizado, seguiria eu lírico indígena indígena do poema “O canto do índio”, de Gonçalves Dias, e o protagonista Peri do romance *O Guarani*, de José de Alencar.

7. OS MODELOS INDIANISTAS

Como já mencionado antes, dentre os autores que mais contribuíram para o desenvolvimento do Indianismo romântico, destacaram-se Gonçalves Dias e José de Alencar. O primeiro, por popularizar o movimento através de sua lírica; o segundo, por ampliar na prosa a mitologia indianista. Nesse sentido, não por acaso, selecionamos para nossa análise obras de autoria destes dois exímios escritores, sendo eles respectivamente o poema “O canto do índio”, inserido nos *Primeiros Cantos* (1846), e o romance *O Guarani* (1857). Ambas as obras elucidam primorosamente uma das ideias centrais do movimento indianista, sendo ela a romantização e a suavização da dominação dos indígenas pela colonização portuguesa.

7.1 O dissonante “Canto do índio” e o escravo ideal

Segundo Treece (2008, p. 166), “Talvez o mais notável e interessante dos textos que tratam da Conquista seja “O canto do índio”, dos *Primeiros cantos*”. O poema organiza-se em treze estrofes, estando estruturados numa sequência de quadras em redondilha maior — “a forma mais popular na tradição lírica portuguesa” (Treece, 2008, p. 166) — alternadas de “estrofes em versos decassílabos” (Treece, 2008, p. 166-167). Nos versos envolventes do poema, ouvimos o canto amoroso do chefe de uma tribo indígena à figura miticamente idealizada de uma mulher, descrita por ele (o eu lírico) como de cabelos loiros e branca. A mulher banha-se na floresta, e sua beleza ariana, em contraste ao cenário tropical da selva brasileira, enfeitiça o indígena a ponto de instigá-lo, numa pretensão voluntária, a abandonar por amor a ela a sua tribo, sua ancestralidade, sua realeza, e, surpreendentemente, sua luta contra os invasores europeus e tornar-se escravo deles.

Ah! que não queiras tu vir ser rainha/ Aqui dos meus irmãos, qual sou rei deles!/ Escuta, ó Virgem dos Cristãos formosa./ Odeio tanto aos teus, como te adoro;/ Mas queiras tu ser minha, que eu prometo/ Vencer por teu amor meu ódio antigo,/ Trocar a maçã do poder por ferros/ E ser, por te gozar, escravo deles (Dias, 2014, p. 14).

Percebe-se aqui o arquétipo do índio subserviente. Pode-se subentender aqui que a mulher branca de loiros cabelos representa a própria colonização europeia, a quem o indígena — apenas nos devaneios indianistas — se entrega como vassalo e devoto. Tal devoção da parte do indígena, numa sugestiva mistura de erotismo e religiosidade, fica evidente quando ele refere-se a mulher como “Virgem dos Cristãos formosa”, uma referência

direta a Virgem Maria, cujos traços descritos pelo nativo seguem consoantes aqueles na qual a Igreja Católica convencionou tradicionalizar a figura da mãe do Cristo. Esse simbolismo religioso da parte de Dias, conforme aponta Treece (2008, p. 166), sustenta-se em duas evidências: a rara presença feminina dentre os primeiros colonizadores e o entendimento da missão jesuítica dentro do contexto colonial (Treece, 2008, p. 166), que usara da “fascinante atração estética do ritual católico” (Treece, 2008, p. 168) para cristianização dos indígenas. Isso, evidentemente, não dizia respeito apenas a tática de catequização, mas também a de dominação.

Segundo Treece (2008, p. 169), “Esse drama da escravização voluntária do guerreiro índio ao colonizador feminizado reaparecerá mais de uma vez na literatura do movimento indianista [...]”. Mais tarde, José de Alencar aprofundaria esse mito no seu romance, *O Guarani* (1857), publicado onze anos depois dos *Primeiros Cantos* (1846), de Dias. Mesmo Alencar negando ter se inspirado em outros escritores para a composição de sua obra (Ricupero, 2004, p. 166), a semelhança de temáticas com “O canto do índio” é gritante, como veremos agora.

O Guarani narra a história do indígena Peri, chefe da tribo dos Goitacás, que tem seu destino como verdadeiro guerreiro indígena modificado ao avistamento de uma imagem da Virgem Maria. O evento, narrado pelo próprio Peri, ocorre durante um conflito contra um assentamento colonial após a morte de seu pai, Ararê. Saindo vencedor da guerra e chefe da tribo por se mostrar o mais forte em batalha — como era comum na cultura indígena —, Peri contempla a imagem de Nossa Senhora numa igreja em chamas, a quem descreve como “senhora dos brancos”. Na descrição do indígena:

[...] era alva como a filha da lua; era bela como a garça do rio.
Tinha a cor do céu nos olhos; a cor do sol nos cabelos; estava vestida de nuvens,
com um cinto de estrelas e uma pluma de luz (Alencar, 2019, p. 86).

Até aqui, já avistamos similaridades. Em ambas as obras é retratado a figura de um indígena, chefe de tribo, que se enamora pela representação mítica de uma mulher com traços europeus. Seriam estas as mesmas? Aparentemente. Além da mesma função na sedução do indígena, os termos atribuídos a essas figuras femininas são dentro dos contextos tratados semanticamente semelhantes, quase sinônimos, isso porque “virgem” e “senhora” são termos canonicamente referenciados pela fé católica a Maria, mãe de Jesus. Nesse sentido, o termo “cristãos” seria uma classificação comum das populações nativas àqueles que lhes impunham o cristianismo, os “brancos” europeus. Contudo, embora haja tais semelhanças, ocorre nestas

obras uma divergência primordial. Enquanto o índio de Gonçalves Dias deixa inconcreta ao leitor a sua vontade de submeter-se a mulher, isto é, apenas anseia por isso dada sua tamanha paixão, o índio de Alencar concretiza esta vontade, deixando-se por intermédio da “Senhora dos Brancos” se escravizar pelo colonizador.

A noite, após o avistamento da imagem de Nossa Senhora na igreja incendiada, ela vem tristemente a Peri em sonhos e diz: “Peri, guerreiro livre, tu és meu escravo; tu me seguirás por toda a parte, como a estrela grande acompanha o dia” (Alencar, 2019, p. 86). A partir de então, numa espécie de obsessão, Peri passa ver a senhora em uma nuvem, mas “[...] ela não tocava a terra, e Peri não podia subir ao céu” (Alencar, 2019, p. 87). Peri passa a ficar triste pois já não consegue mais ver a senhora, contudo, ressaltando sua compulsão, ele “[...] via sempre a senhora nos seus olhos”. Dado um tempo, a mãe de Peri vem até ele e revela ter sido salva de aventureiros (bandeirantes) por, nas palavras dela, um “guerreiro branco” e por uma “virgem branca”. Impensadamente, numa atmosfera dramática de cavalheirismo medieval — na qual Alencar prendera sua obra —, Peri toma suas armas e parte, “[...] ia ver o guerreiro branco para ser amigo; e a filha da senhora para ser escravo” (Alencar, 2019, p. 87). Essa história toda, desde a guerra até a partida do nativo, fora narrada por ele a Dom Antônio Mariz, um empoçado fidalgo português com manias medievalescas, e a sua filha, Cecília, a quem Peri tinha acabado de salvar heroicamente de uma fatalidade. Ao findar do relato do indígena, é nos revelado que pai e filha foram os salvadores da sua mãe, e que na concepção de Peri, Cecília, a virgem branca, era a senhora que tinha avistado tantas vezes.

[...] tinha deixado lá a nuvem e as estrelas.

Peri disse:

A senhora desceu do céu, porque a lua sua mãe deixou; Peri, filho do sol, acompanhará a senhora na terra (Alencar, 2019, p. 87).

A cena é seguida da animalização e infantilização do personagem indígena, onde ele, o chefe da tribo dos Goitacás, se despi de sua realeza e se entrega como escravo à sua virgem branca, num discurso que muito se assemelha ao do índio de Dias, no que diz respeito ao abandono e a entrega. Vejamos:

- Se a senhora manda - disse enfim - Peri fica.

[...]

- A senhora não quer que Peri parta - disse ela com um arzinho de rainha, e fazendo um gesto com a cabeça.

[...]

- Peri fica.

- Vede, Cecília - replicou dom Antônio rindo -, ele te obedece!

Cecília sorriu.

- Minha filha te agradece o sacrifício, Peri - continuou o fidalgo -, mas nem ela nem eu queremos que abandones a tua tribo.
- A senhora mandou - respondeu o índio.
- Ela queria ver se tu lhe obedecias: conheceu a tua dedicação, está satisfeita; consente que partas.
- Não!
- Mas os teus irmãos, tua mãe, tua vida livre?
- Peri é escravo da senhora.
- Mas Peri é um chefe.
- A nação Goitacá tem 100 guerreiros fortes como Peri; mil arcos ligeiros como o voo do gavião
(Alencar, 2019, p. 95-96).

Percebemos aqui outra diferença entre as obras, o sagrado e o mundano é desunido na trama de Alencar. Enquanto no céu, a senhora é intocada, porém na terra, não. Cecília é a imagem e semelhança da representação da Virgem Maria vista por Peri, branca, loira e de olhos azuis, traços descritos pelo narrador como puros e singelos, muito diferentes dos traços de sua prima mestiça, Isabel — “olhos grandes e negros, rosto moreno e rosado, cabelos pretos, lábios desdenhosos, sorriso provocador” (Alencar, 2019, p. 26) —, cuja sensualidade expressa indicam, nas palavras do narrador, “o tipo brasileiro em toda a sua graça e formosura” (Alencar, 2019, p. 26). Eis um estereótipo até hoje vinculado à mulher brasileira.

Por falar em estereótipos, teremos na obra de Alencar, além do vilão Loredano, os “vis” índios da tribo dos aimorés, verdadeiras ameaças ao fidalgo Dom Antônio, a sua família e a sua fortificação no Paquequer. Nessa perspectiva, além de proteger sua adorada Cecília das arapucas de Loredano, Peri vê-se também obrigado a defendê-la de seus semelhantes. Eis um outro estereótipo indianista: o indígena bárbaro e animalizado *versus* o indígena romanceado, amigo e vassalo dos interesses coloniais (Treece, 2008, p. 120). Isso, como apresentado por Almeida (2010, p. 140), estava intimamente ligado ao fator histórico:

Os "bárbaros dos sertões" eram os índios que se rebelavam, ocupavam terras, resistiam às novas leis e foram representados nos discursos políticos e intelectuais como selvagens ameaçadores para a raça branca. Na literatura brasileira, foram representados por José de Alencar como os aimorés e aparecem como bárbaros, horríveis, ferozes, diabólicos etc. Na realidade brasileira oitocentista, o índio real e ameaçador surgiu principalmente na figura dos aguerridos botocudos, contra os quais foi declarada guerra justa, em 1808, pela forte resistência que opuseram à invasão de seu território.

Próximo ao findar da trama — como concretização aos anseios amorosos do índio de Dias —, diante da invasão dos vingativos aimorés a casa de Dom Antônio, Peri, como única forma de salvar sua amada Ceci, converte-se ao cristianismo sob imposição de Dom Antônio, que preso aos valores medievais europeus, recusa-se a abandonar seu “castelo”.

Tal era o sentimento de honra daqueles antigos cavalheiros, que dom Antônio nem um momento admitiu a ideia de fugir para salvar sua filha; se houvesse outro, decerto o receberia como um favor do céu; mas aquele era impossível (Alencar, 2019, p. 249).

Peri ajoelha-se ante o velho cavalheiro, Dom Antônio, que diz: “Sê cristão! Dou-te o meu nome” (Alencar, 2019, p. 250). Peri então beija a cruz da espada que o fidalgo lhe apresenta e se ergue então já despido de sua natureza “bárbara”. Neste ato simbólico de sacrifício do indígena, o colonialismo português ver-se triunfante. Nas cenas que seguem o desfecho da trama, é evidenciado dois fatores míticos. O primeiro, a integração de Cecília a natureza do nativo, cujo choque etnico e cultural resultante conceberia o povo brasileiro, uma raça miscigenada. Nesse sentido, a raça branca, simbolizada em Cecília, seria “o agente civilizador que deveria ajudar o índio a resgatar sua dignidade original através da civilização” (Almeida, 2010, p. 138-139). O segundo, o simbolismo bíblico e mitológico na junção de Peri e Cecília. A inundação que segue durante a fuga dos dois pelo rio, remete ao dilúvio judaico-cristão e ao mito indígena de Tamandaré. O dilúvio, em sua função purificadora, daria “condição para que os personagens pudessem dar origem ao povo que habitaria o solo brasileiro” (O Guarani, 2019, p. 278), o novo Éden.

Contudo, se o utópico paraíso edênico pós-diluviano idealizado por José de Alencar tratava-se do Brasil que se elevou após a Independência, ele falhara miseravelmente, restando a interpretação do que, na idealização do autor, deveria ter sido. De acordo com David Treece (2008, p. 258), a união sem preconceitos de Peri e Cecília desaguada no fim do romance, só poderia sustentar-se excluído no imaginário literário, distante da realidade histórica do período colonial. Provavelmente, a união interracial destes personagens, etnicamente e culturalmente distintos, “deve ter colocado um desafio ousado à mentalidade burguesa racista dos leitores de Alencar” (Treece, 2008, p. 258).

A busca de Gonçalves Dias, José de Alencar e tantos outros escritores indianistas pelo herói indígena dentre as matas brasileiras nos contextos históricos de conquista e colonização, serviram como base para a construção de uma insustentável validação histórica da cultura nacional e do estado imperial, uma vez que “[...] o passado, reconstruído intelectualmente, é, de maneira geral, uma importante fonte de legitimidade para o poder político e a ordem social existente” (Ricupero, 2004, p. 113). Nesse sentido, mais que o de Dias, o índio alencariano posiciona-se longe da realidade, pois não irradia qualquer insinuação de rebeldia ou confronto ao sistema opressor que instalava-se em seu território.

Peri, como fruto extremo da idealização romântica, surge nesse contexto apenas como um mero vassalo, leal e devotado dos portugueses (Almeida, 2010, p.137). Almeida (2010, p. 137-138) aponta para uma curiosidade histórica, os indígenas enaltecidos ao longo da história em muito assemelham-se ao índio de Alencar:

É o caso, por exemplo, de Felipe Camarão, de Arariboia e de alguns outros chefes que se aliaram aos portugueses, tornaram-se cristãos e contribuíram com sua coragem e virtudes para o engrandecimento da nação. Assemelham-se ao Peri do romance de Alencar, na medida em que não se moviam por vontade própria, mas em função e em benefício de seus aliados, os portugueses, seus agentes civilizadores (2010, p. 137-138).

Por fim, estas duas obras abrem prerrogativa a uma interpretação errônea da história dos povos indígenas brasileiros, uma vez que, segundo Rousseau (1996, p. 14), “Dizer que um homem se dá gratuitamente é dizer uma coisa absurda e inconcebível; este ato é ilegítimo e nulo, pelo simples fato de que quem o pratica não está em seu juízo perfeito”. Concluímos que tais obras trataram-se de marcas de seu tempo e de uma ideologia de nuances políticas e intelectuais. Buscou-se num passado anterior a Independência, originalidade para a cultura e para a literatura brasileira, contudo, o que se viu foi a seleção de fatores históricos que serviram apenas para o embasamento de uma narrativa que encorpasse “de significado a experiência da comunidade nacional” (Ricupero, 2004, p. 113).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações estabelecidas entre a sociedade e a literatura são intrínsecas e indissociáveis. Um escritor pode imprimir dentro de sua confecção literária parte ou o todo da sociedade em que vive, fazendo de sua obra um reflexo da mesma. Embasados nessa perspectiva e indo a fundo na amostra dos aspectos políticos e ideológicos infundidos na *intelligentsia* romântica brasileira do séc. XIX, debruçamos neste trabalho o aparelhamento do estado imperial brasileiro, representado na pessoa de Dom Pedro II, com o movimento literário indianista, que tinham como claro objetivo a promoção de uma cultura brasileira homogênea e sólida através da figura idealizada do nativo.

Entendemos aqui que as obras analisadas, sendo verdadeiros modelos do pensamento indianista, não dispõem de uma retratação verossímil do indígena histórico, mas da fabulação de um nativo subvertido, não heróico, mas submisso, protagonista de um programa literário em prol da promoção cultural do Brasil. Em síntese, concluímos que a ideia da escravidão

voluntária do indígena, que primorosamente compõe o universo temático de “O canto do índio”, de Gonçalves Dias, e principalmente de *O Guarani*, de José de Alencar, é insustentável.

Por fim, a literatura indianista romântica — embora possua um ideário fantasioso de grande envolvimento — nos apresenta uma imagem irreal do indígena brasileiro, que, adequado ideologicamente às perspectivas de uma elite política e literária branca para os povos nativos, subservientemente entrega sua cabeça numa bandeja. É um indígena vazio, carregado de estereótipos que até hoje ocupam espaço no senso comum.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *O Guarani*. 3. ed. Jandira: Principis, 2019.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*/ Maria Regina Celestino de Almeida. Rio de Janeiro: Editora FJV, 2010.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: **CUNHA**, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 9-26

DIAS, Gonçalves. *Primeiros Cantos*. São Paulo: Poeteiro editor digital, 2014. Disponível em: <http://www.poeteiro.com/search/label/Livros%20Completos%20em%20PDF>. Acesso em: 05 out. 2023.

DENIS, Jean Ferdinand. *Résumé De L'histoire Littéraire Du Portugal: Suivi Du Résumé De L'histoire Littéraire Du Brésil* (Paris: Lecoing et Durey, 1826).

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: **CUNHA**, Manuela Carneiro da. (Org.). *História dos índios no Brasil*. – São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 115-132

PRODANOV, Cleber Cristiano. *Metodologia do trabalho científico* [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico/ Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Marisa Corrêa. Crítica sociológica. In: **BONNICI**, Thomas; **ZOLIN**, Lúcia Osana (orgs). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009, p. 177-188.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Contrato Social*. [tradução: Antonio de Pádua Danesi]. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indianista e o estado-nação imperial*. [tradução Fábio Fonseca de Melo]. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

ANEXOS

O CANTO DO ÍNDIO

(Gonçalves Dias)

Quando o sol vai dentro d'água
 Seus ardores sepultar,
 Quando os pássaros nos bosques
 Principiam a trinar;

Eu a vi, que se banhava...
 Era bela, ó Deuses, bela,

Como a fonte cristalina,
Como luz de meiga estrela.

Ó Virgem, Virgem dos Cristãos formosa,
Porque eu te visse assim, como te via,
Calcara agros espinhos sem queixar-me,
Que antes me dera por feliz de ver-te.

O tacape fatal em terra estranha
Sobre mim sem temor veria erguido;
Dessem-me a mim somente ver teu rosto
Nas águas, como a lua, retratado.

Eis que os seus loiros cabelos
Pelas águas se espalhavam,
Pelas águas, que de vê-los
Tão loiros se enamoravam.

Ela erguia o colo ebúrneo,
Por que melhor os colhesse;
Níveo colo, quem te visse,
Que de amores não morresse!

Passara a vida inteira a contemplar-te,
Ó Virgem, loira Virgem tão formosa,
Sem que dos meus irmãos ouvisse o canto,
Sem que o som do Boré que incita à guerra
Me infiltrasse o valor que m'hás roubado,
Ó Virgem, loira Virgem tão formosa.

As vezes, quando um sorriso
Os lábios seus entreabria,
Era bela, oh! mais que a aurora
Quando a raiar principia.

Outra vez - dentre os seus lábios
Uma voz se desprendia;
Terna voz, cheia de encantos,
Que eu entender não podia.

Que importa? Esse falar deixou-me n'alma
Sentir d'amores tão sereno e fundo,
Que a vida me prendeu, vontade e força
Ah! que não queiras tu viver comigo,
Ó Virgem dos Cristãos, Virgem formosa!

Sobre a areia, já mais tarde,
Ela surgiu toda nua;
Onde há, ó Virgem, na terra
Formosura como a tua!?

Bem como gotas de orvalho
Nas folhas de flor mimosa,
Do seu corpo a onda em fios
Se deslizava amorosa.

Ah! que não queiras tu vir ser rainha
Aqui dos meus irmãos, qual sou rei deles!
Escuta, ó Virgem dos Cristãos formosa.
Odeio tanto aos teus, como te adoro;
Mas queiras tu ser minha, que eu prometo
Vencer por teu amor meu ódio antigo,
Trocar a maçã do poder por ferros
E ser, por te gozar, escravo deles.

Dias, Gonçalves. Primeiros Cantos. São Paulo: Poeteiro editor digital, 2014. Disponível em:
<http://www.poeteiro.com/search/label/Livros%20Completos%20em%20PDF>